

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Cassação de Dallagnol é a volta do cipó de aroeira

Gravado em 1968, o ano da Passeata dos 100 Mil e do Ato Institucional nº 5, a letra da música *Cipó de Aroeira*, de Geraldo Vandré, que empresta seus versos à coluna, fez muito sucesso à época. Era uma alusão à Revolta da Chibata (1910) e ao passado escravagista da Colônia e do Império, cujos castigos físicos impostos aos escravos indisciplinados e rebeldes continuaram praticados após a abolição, pela Marinha de Guerra: “Marinheiro, marinheiro/ Quero ver você no mar/ Eu também sou marinheiro/ Eu também sei governar/ Madeira de dar em doído/ Vai descer até quebrar/ É a volta do cipó de aroeira/ No lombo de quem mandou dar/ É a volta do cipó de aroeira/ No lombo de quem mandou dar”.

Também foi uma espécie de prenúncio da opção pela luta armada que uma parte da oposição ao regime militar viria a adotar, sob a liderança principal do comunista Carlos Marighella. Havia um evidente voluntarismo na ideia de que seria possível combater o regime militar recorrendo à força das armas, o que resultou no fracasso dos grupos guerrilheiros urbanos e rurais constituídos sob a inspiração, principalmente, da Revolução Cubana. Nunca houve a volta do cipó de aroeira. O regime militar seria derrotado nos marcos de suas próprias regras eleitorais.

Os militares se retiraram do poder em ordem. A transição à democracia foi longa e pactuada, os agentes dos órgãos de repressão foram poupados de punições por envolvimento em sequestros, torturas e assassinatos. Por meios pacíficos, o Brasil reconquistou a democracia. Agora, 37 anos após a vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral, os militares novamente se retiraram em ordem do poder, ao frustrar a tentativa de golpe da extrema direita de 8 de janeiro passado. A eleição de Jair Bolsonaro os trouxe de volta ao governo, em 2018, pela força das urnas, fato inédito desde a eleição do marechal Eurico Gaspar Dutra, em 1945.

Magistratura

Os quatro anos de mandato de Bolsonaro foram sombrios. Fora eleito no rastro da Operação Lava-Jato, liderada pelo juiz federal Sergio Moro, de Curitiba, e pelo procurador da República Deltan Dallagnol, entre outros. Nesse ínterim, o Brasil flertou com o autoritarismo, sob a liderança de um ex-capitão que fez carreira no baixo clero da Câmara. Bolsonaro militarizou o governo federal, ao destinar cerca de oito mil cargos aos seus antigos companheiros de caserna, entre os quais, os generais amigos que ocupavam posições-chave no Palácio do Planalto. Dois fatores contribuíram para sua eleição: a cassação dos direitos políticos do líder petista Luiz Inácio Lula da Silva, que passou mais de 500 dias preso em Curitiba, e a desmoralização da política e de seus partidos pela Operação Lava-Jato.

Bolsonaro operou para cooptar os militares, desmoralizar a magistratura, subjugar os diplomatas e escantear a Igreja Católica, os redutos tradicionais da elite liberal do país. As ideias de Oliveira Viana, ideólogo do Estado Novo e autor de *Populações Meridionais do Brasil*, pareciam saltar das páginas empoeiradas de sua obra para o cotidiano da política atual. No lugar do idealismo constitucional de Rui Barbosa, que inspira nossa República, um projeto autoritário nos moldes de Francisco Campos, o jurista da Constituição de 1937, mais conhecida como “Polaca”.

Entretanto, como diria Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim, o compositor Tom Jobim, o Brasil não é para principiantes. Que ironia, a onda reacionária que se apropriou da bandeira da ética e promoveu um tsunami na política brasileira esbarrou no Supremo Tribunal Federal (STF), um dos pilares do Estado nacional, enraizado historicamente desde o Império, que até recentemente parecia ser o principal instrumento de criminalização da atividade política no Brasil, com o apoio da mídia e da opinião pública. Como após o Período Regencial (1831-1840), com suas rebeliões que colocavam em risco a integridade nacional, a magistratura federal teve um papel decisivo na defesa da ordem, contra uma extrema direita golpista e reacionária, liderada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

A cassação do mandato do deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR), eleito no ano passado, ocorre nesse contexto histórico. O ex-chefe da força-tarefa de Curitiba, algoz do presidente Lula, que ousou estender suas investigações contra a corrupção aos tribunais superiores, foi defenestrado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na terça-feira, por unanimidade, após julgamento de pedido de impugnação de sua candidatura. Eleito com mais de 345 mil votos, o mais votado do Paraná, “Dallagnol antecipou sua exoneração em fraude à lei. Ele se utilizou de subterfúgios para se esquivar de PADs ou outros casos envolvendo suposta improbidade administrativa e lesão aos cofres públicos. Tudo isso porque a gravidade dos fatos poderia levá-lo à demissão”, resumiu o relator do processo no TSE, ministro Benedito Gonçalves, ao defender a cassação. Quem maneja o cipó de aroeira é a alta magistratura.

CONGRESSO

Salles é relator da CPI que investigará MST

Escolha do ex-ministro do Meio Ambiente para função provoca críticas de deputados. Colegiado da Câmara vai apurar dezenas de ocupações de terras feitas neste ano

» ÂNDREA MALCHER

A Câmara instalou, ontem, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as invasões feitas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). De janeiro a abril, foram ocupadas mais de 30 propriedades rurais pelo país.

A mobilização para a criação do colegiado foi capitaneada pelos deputados Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS), Kim Kataguirí (União-SP) e Ricardo Salles (PL-SP), todos envolvidos com o setor do agro.

Os cargos mais importantes estão nas mãos da oposição: Zucco com a presidência e Salles, com a relatoria.

A escolha do ex-ministro do Meio Ambiente não passou sem críticas. A deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP) está entre os que reprovaram. “Ele tem interesse ideológico, político e econômico. A gente sabe que a intenção dessa CPI é tirar foco dos verdadeiros crimes que foram realizados neste país”, ressaltou a parlamentar, em meio a vaias.

Salles, por sua vez, destacou que terá atuação técnica e imparcial. “Vamos fazer um ambiente com o máximo de abertura, análise e questões objetivas. Espero que atenda à expectativa de todos”, disse. “(Investigar) o que há de informações, de verdade e de fatos por trás de todas as discussões de invasão de propriedade.

Lula Marques/ Agência Brasil.



Salles (D): “Vamos fazer um ambiente com o máximo de abertura, análise e questões objetivas”

E, também, a diferenciação disso em relação àqueles que são da agricultura familiar, assentados e que fazem, em alguns casos, trabalhos bons, sim.”

O líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PR), ressaltou as contribuições do movimento social agrário para o país. “Nosso trabalho vai ser para transformar essa CPI, que tem esse objetivo equivocado, em uma que mostre a verdade. Que mostre a organização, a qualidade, a história do MST e de outros movimentos que possam sofrer qualquer

tipo de perseguição”, defendeu o deputado. “A lei é clara quando garante o direito à propriedade privada. Nem o MST, nem nossa bancada, nem nosso governo questiona ou discorda disso.”

Na comissão, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) estará representada por Marusca Boldrin (MDB-GO), Evair de Melo (PP-ES), Domingos Sávio (PL-MG) e Kim Kataguirí, que também ocupará a 1ª vice-presidência do colegiado.

O PT escalou, por sua vez, um time de peso, com a presidente

da sigla, deputada Gleisi Hoffmann (PR), como uma das suplentes, e o reforço de parlamentares que também são militantes do MST e da pauta da agricultura familiar: Padre João (MG), Nilto Tatto (SP), Valmir Assunção (BA), Paulão (AL), Camila Jara (MS), João Daniel (SE) e Marcon (RS).

Ao todo, a CPI do MST terá 27 deputados titulares e igual número de suplentes, com o prazo de 120 dias para conduzir os trabalhos e previsão de encerramento em 28 de setembro.

Lupa sobre Americanas

Além da CPI do MST, a Câmara instalou colegiados para investigar o rombo contábil de mais de R\$ 20 bilhões da Lojas Americanas e para apurar denúncias de manipulação de resultados no futebol brasileiro (leia reportagem na página 19).

O deputado Gustinho Ribeiro (Republicanos-SE) vai comandar o colegiado, com a vice-presidência a cargo de Junior Mano (PL-CE). O relator será Carlos Chiodini (MDB-SC).

“O Brasil não pode ser uma terra sem lei para um grupo econômico, seja do tamanho que for, praticar fraudes e lesar o consumidor”, frisou Ribeiro.

Ele destacou, também, ser preciso cuidado na condução da CPI para não desestabilizar a economia do Brasil, “principalmente no momento em que vivemos”. “Mas não podemos admitir qualquer tipo de fraude que possa arruinar a imagem do nosso país no que diz respeito a nossa economia”, afirmou.

De autoria do deputado André Fufuca (PP-MA), o requerimento justifica a necessidade da comissão porque o “episódio com as Americanas afeta a credibilidade de todo o mercado de ações no Brasil”. A suspeita é de que existia um acordo para a supervalorização das ações da empresa.

Em nota, a Americanas disse estar à disposição para colaborar com a CPI, sendo “a maior interessada no esclarecimento dos fatos”. “A Americanas também está colaborando com todas as investigações que têm sido realizadas, tanto pela Comissão de Valores Mobiliários como outras autoridades e órgãos competentes e segue com seu compromisso de manter o mercado informado a respeito dos desdobramentos do caso relatado”, informou a empresa.

A CPI da Americanas tem prazo inicial de trabalho de 120 dias. (AM, com Agência Estado)

Para o Marcelo, a melhor época no DF foi quando ele se qualificou no RenovaDF.

Para a Débora, o melhor começa agora.

Marcelo Borges
Participante do RenovaDF e pai da Débora

O GDF não parou de trabalhar para melhorar as nossas cidades e a vida das pessoas. É por isso que hoje você pode ver novos hospitais, UPAs, UBSSs, tesourinhas reformadas e grandes obras como o Túnel de Taguatinga, que será inaugurado em breve. E programas sociais como o Prato Cheio, que foi ampliado para atender 100 mil famílias. Com novas entregas e conclusões de obras ao longo do ano, você vai ver: o melhor começa agora.

